

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2009 A ABRIL/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	884.107	33	884.140
Pessoal Ativo	607.296	31	607.327
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	14.533	-	14.533
Demais despesas com Pessoal Ativo	592.763	31	592.794
Pessoal Inativo e Pensionistas	276.811	2	276.813
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	864	-	864
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	275.947	2	275.949
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	259.697	-	259.697
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	14.605	-	14.605
Despesas de Exercícios Anteriores	12.375	-	12.375
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	232.717	-	232.717
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	624.410	33	624.443

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,133222%	0,000007%	0,133229%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,239136%		1.120.830
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,227179%		1.064.789

FONTE: SIAFI GERENCIAL - SOF/SECOF/TRT 4ª REGIÃO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) No total do item "Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)", estão computados R\$ 8.922MIL referentes a Precatórios da Administração Direta e R\$ 2.589MIL referentes a Sentenças de Pequeno Valor (SPV), cuja dotação pertence ao orçamento deste Órgão e R\$ 3.022 cuja dotação pertence a unidade orçamentária 71103.

3) Em atendimento à determinação contida no Acórdão 346/2006 – TCU – Plenário e Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais – 1ª edição, no total das despesas com Pessoal Ativo, não foram somados R\$ 9.380MIL de Precatórios da Administração Indireta, cuja dotação não pertence ao orçamento deste Órgão.

4) No total do item "Demais Despesas com Pessoal Ativo, estão computados R\$ 22MIL, referentes despesa com Vencimentos e Salários da Ação 6217, com dotação proveniente de descentralização externa de créditos.

CARLOS ALBERTO ROBINSON
PRESIDENTE

SUSANA TERESINHA MILESKI
ORDENADORA DE DESPESAS

FERNANDO SODRÉ
DIRETOR DO SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO